

SUPLEMENTAÇÃO PROTEICA DURANTE O PERÍODO SECO

Augusto Zonta

Zoot., Ms., PqC do Polo Regional Alta Paulista/APTA

zonta@apta.sp.gov.br

Márcia Cristina de Mello Zonta

Zoot., Ms., Técnico do Polo Regional Alta Paulista/APTA

marciazonta@apta.sp.gov.br

Apesar de grande parte do nosso território nacional estar compreendido entre a linha do equador e o trópico de capricórnio, observa-se durante o inverno, drástica redução na quantidade de matéria seca produzida pelas gramíneas. Neste período, as baixas temperaturas, chuvas escassas e luminosidade reduzida são responsáveis pela queda de até 85% do volume de matéria seca total, comparado ao produzido no verão.

Acompanhando esta menor produção, segue a perda de qualidade da massa com aumentos da fração fibrosa, lignina e menor teor de proteína, uma vez que a lignina dificulta o aproveitamento do material pelos micro-organismos e que estes necessitam do nitrogênio proveniente das proteínas além de outras estruturas carbônicas de baixo peso molecular para se multiplicarem.

A consequência deste menor valor qualitativo é o aumento do trabalho de degradação no rúmen, redução da população de bactérias, lentidão na taxa de passagem dos alimentos, menor consumo, perdas de peso e menor taxa de prenhez. Portanto faz-se necessário a adoção de estratégias que minimizem estes efeitos negativos.

A literatura informa que o nível mínimo de proteína bruta na forragem, para que não ocorra diminuição da ingestão voluntária, é de 7%.

Aumento nos teores de proteína bruta ingerida não é garantia de maior aporte intestinal de proteína por unidade de matéria seca ingerida, ou de maior quantidade de proteína

absorvida. A diferença no aproveitamento da fração protéica ingerida depende da energia disponível para os microorganismos utilizarem a amônia liberada pela proteína degradada no rúmen.

A suplementação proteica é uma alternativa prática e interessante do ponto de vista econômico. O nitrogênio fornecido pode ser de origem verdadeira, facilmente encontrada no farelo de soja, farelo de algodão, farelo de amendoim, farelo de girassol, farelo de gluten, bandinhas de feijão, etc... ou de origem não proteica, como no caso da uréia pecuária.

Os produtos comerciais podem apresentar em suas formulações fontes verdadeiras de proteína, fontes não verdadeiras ou ambas. Se nos níveis de garantia do produto estiver o item NNP (Nitrogênio Não Proteico) ou o termo Equivalente Proteico, o produtor deve ficar atento caso já esteja fornecendo outra fonte de uréia para os animais.

Os suplementos formulados para esta época do ano geralmente visam o baixo consumo com alto fornecimento de nitrogênio favorecendo assim a economicidade da técnica. Formulações interessantes com 40% de PB, seguem a regra 1:1:1, ou seja, um animal de 300kg de peso vivo, consome cerca de 300g do suplemento e ganha cerca de 300g ao dia desde que tenha no pasto volume de matéria seca disponível próximos de 2000kg de MS/ha, do contrário ocorre um efeito substitutivo onde o animal passará a consumir grandes quantidades da mistura.

Um consumo seguro de uréia não deve exceder à 40g/100kg PV/dia para animais adultos e adaptados. Já os animais jovens precisam estar com o rúmen plenamente desenvolvido para ter acesso a este ingrediente.

Outra alternativa é a formação de bancos de proteína com leguminosas perenes que podem ser utilizadas como suplemento proteico natural. A leucena, o estilosantes e centrosema são algumas opções para o produtor. O manejo adequado dos animais é de grande importância, pois o excesso de consumo de proteína também é prejudicial, pois os animais acabam gastando energia para excretar a quantidade excedente, além dos riscos de timpanismo, uma vez que o consumo excessivo destas plantas podem formar espumas dentro do rúmen que impedem a eructação dos gases. Portanto a recomendação básica é que haja o acesso ao banco de proteína pelos animais diariamente por no máximo duas horas.

Outra questão importante que precisa ser observada é a disponibilidade de água de qualidade e a área de cocho. De 10 a 15 cm de cocho por animal é o recomendado para

facilitar o acesso do lote à mistura e minimizar os efeitos de dominância e amadrinamento.

Portanto, conclui-se que a utilização de suplementos protéicos com níveis superiores a 40% de PB e a implantação de bancos de proteína são técnicas simples, que corrigem o déficit protéico existente no pasto, melhoram do desempenho animal, contribuindo para uma melhor taxa de desfrute e maior giro de capital.

Literatura recomendada

ANDRIGUETTO, J. M. *Nutrição Animal*. 6ª ed. São Paulo: Nobel, 1999, 395p.

MINSON, D.J. *Forage in ruminant nutrition*. San Diego: Academic Press, 1990, cap. 2, p. 9-58.

MORRISON, F.B. *Alimentos e alimentação dos animais*. São Paulo: EDUSP, 1966, 892p.

VAN SOEST, P.J. Voluntary intake in relation to chemical composition and digestibility. *J. Anim. Sci.*, v.24, n.3, p.834-843, 1965.

WILSON, J.R., MINSON, D.J. Prospects for improving the digestibility and intake of tropical grasses. *Trop. Grasslands*, v.14, n.3, p.253-259, 1980.